

SUMÁRIO

Prefácio do Prof. Dr. ALCIDES JORGE COSTA	9
Prefácio do Prof. Dr. ALMIRO DO COUTO E SILVA	11
Prefácio da Edição Espanhola, do Prof. Dr. JORDI FERRER BELTRÁN	15
Agradecimentos	19
Nota à 2ª edição	23
Abreviaturas	35
CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	
1. Justificativa (ou por que (in)segurança jurídica?)	39
2. Objeto (ou em que sentido será examinada a segurança jurídica?) ...	80
3. Método (ou sob que perspectiva será analisada a segurança jurídica?)	82
4. Plano (ou como será feita a análise da segurança jurídica?)	89

PRIMEIRA PARTE DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA

TÍTULO I – SIGNIFICAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE PODE SIGNIFICAR SEGURANÇA JURÍDICA?)	103
Capítulo 1 – SEGURANÇA NÃO-JURÍDICA	107
Capítulo 2 – SEGURANÇA JURÍDICA	
Seção 1. Segurança como elemento definitório	112
Seção 2. Segurança como fato	114
Seção 3. Segurança como valor	114
Seção 4. Segurança como norma-princípio	115
Seção 5. Aspectos finalísticos – O estado de coisas a ser promovido	
§ 1º. Aspecto material (qual é o conteúdo de segurança jurídica?)	
I – Os sentidos da palavra “segurança”	
A) Quanto ao fim	
A-1) Em perspectiva estática e atemporal: determinação vs. cog- noscibilidade	128
A-2) Em perspectiva dinâmica e intertemporal	
a) Com vista ao passado: imutabilidade vs. confiabilidade	130
b) Com vista ao futuro: previsibilidade vs. calculabilidade	131

B) Quanto ao fundamento	
B-1) Segurança como resultado da ideia de Direito	132
B-2) Segurança como produto do Direito Positivo	134
II – Os sentidos da palavra “jurídica”	
A) Quanto à referência ao “Direito”	134
B) Quanto ao sentido de “Direito”	142
§ 2º. Aspecto objetivo (segurança jurídica do quê?)	
I – O objeto da segurança jurídica	
A) Segurança normativa	
A-1) Segurança das normas	144
a) Segurança do ordenamento jurídico	144
b) Segurança de uma norma	146
A-2) Segurança da aplicação das normas	148
B) Segurança comportamental	
B-1) Segurança da (in)ação própria	148
B-2) Segurança da (in)ação de terceiro	149
C) Segurança fática	151
D) Segurança doutrinária	151
II – O modo de compreensão do objeto da segurança jurídica	
A) Quanto ao caráter da compreensão	
A-1) Concepção unívoca do objeto	152
A-2) Concepção alternativa do objeto	154
B) Quanto ao objeto da compreensão	
B-1) Concepção objetivista do Direito	158
B-2) Concepção argumentativa do Direito	158
§ 3º. Aspecto subjetivo (quem são os sujeitos da segurança?)	
I – Considerações introdutórias	159
II – Perspectiva de quem irá se beneficiar com a segurança jurídica (segurança para quem?)	
A) Segurança jurídica para um cidadão	159
B) Segurança jurídica para os cidadãos	160
C) Segurança jurídica para o Estado?	160
III – Perspectiva de quem serve de critério para aferir a segurança jurídica (segurança na visão de quem?)	
A) Segurança jurídica do ponto de vista do cidadão comum	162
B) Segurança jurídica do ponto de vista do operador do Direito	163
C) Segurança jurídica do ponto de vista do Estado?	164
IV – Perspectiva de quem irá garantir a segurança jurídica (segurança por quem?)	
A) Segurança jurídica pelo Poder Legislativo	164
B) Segurança jurídica pelo Poder Executivo	165
C) Segurança jurídica pelo Poder Judiciário	166
§ 4º. Aspecto temporal (ou segurança jurídica quando?)	
I – Momento da realização do estado ideal	167
A) Segurança jurídica hoje	169

B) Segurança jurídica ontem	170
C) Segurança jurídica amanhã	170
II – Momento da verificação ou da previsão do estado ideal	172
§ 5º. Aspecto quantitativo (ou segurança jurídica em que medida?)	
I – Quanto à grandeza	
A) Segurança como certeza	173
B) Segurança como determinabilidade	175
II – Quanto à medição	
A) Exame fático	179
B) Exame normativo	179
III – Quanto à medida suficiente	
A) Pouca insegurança	180
B) Muita insegurança	181
§ 6º. Aspecto justificativo (ou segurança jurídica para quê e por quê?)	
I – Segurança com valor funcional	181
II – Segurança com valor instrumental	183
Seção 6. Aspectos instrumentais – Os meios necessários à promoção do fim	
§ 1º. Aspecto material	
I – Comportamento humano	187
II – Efeitos	188
§ 2º. Aspecto pessoal	
I – Destinatário do dever de agir	189
II – Beneficiário do dever de agir	189

TÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU QUAL A BASE DA SEGURANÇA JURÍDICA?) 193

Capítulo 1 – OS FUNDAMENTOS NA SUPERESTRUTURA CONSTITUCIONAL: A VISÃO DO CONJUNTO 203

Capítulo 2 – OS FUNDAMENTOS NA ESTRUTURA CONSTITUCIONAL: A VISÃO DAS PARTES

Seção 1. Fundamentos diretos

§ 1º. Proteção geral da “segurança”	207
§ 2º. Proteção pontual da “segurança jurídica”	210
§ 3º. Proteção de um dos efeitos da segurança jurídica	211

Seção 2. Fundamentos indiretos

§ 1º. Por dedução

I – Princípios objetivos estruturantes

A) Princípio do Estado de Direito	212
B) Princípio do Estado Social de Direito	217
C) Princípio da divisão funcional dos Poderes	220

II – Princípio democrático 220

III – Princípios subjetivos de liberdade

A) Patrimoniais

A-1) Princípio da proteção da propriedade	221
---	-----

A-2) Princípios da liberdade de exercício de profissão e de atividade econômica	223
B) Não-patrimoniais	
B-1) Princípio da proteção da liberdade	225
B-2) Princípio da proteção da família	228
IV – Princípio da igualdade	229
V – Princípio da dignidade humana	231
§ 2º. Por indução	
I – Princípios administrativos	
A) Princípio da moralidade	234
B) Princípio da publicidade	237
II – Princípios procedimentais	238
III – Regras	
A) Proibição de modificação constitucional	239
B) Legalidade	240
C) Anterioridade	241
D) Irretroatividade	242
E) Proibição de tributo com efeito de confisco	242
F) Reserva de lei complementar	243
G) Atividade financeira do Estado	244
H) Atividade interventiva do Estado	245
I) Legitimação para ações diretas	246
Seção 3. Conclusões parciais	246
TÍTULO III – CONCEITUAÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE SIGNIFICA SEGURANÇA JURÍDICA?)	251
Capítulo 1 – CONCEITO DE SEGURANÇA JURÍDICA	255
Capítulo 2 – CONCEITO DE SEGURANÇA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA	286

SEGUNDA PARTE

CONTEÚDO E EFICÁCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA

TÍTULO I – CONTEÚDO DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE EXIGE O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA?)	293
Capítulo 1 – DIMENSÃO ESTÁTICA	
Seção 1. Considerações iniciais	305
Seção 2. Cognoscibilidade material: “segurança de existência e vigência” pela acessibilidade, pela abrangência e pela possibilidade de identificação normativa	
§ 1º. Acessibilidade normativa	
I – Da disposição normativa	
A) Publicação	306
B) Intimação	309

II – Da vigência	310
§ 2º. Abrangência normativa	
I – Codificação	310
II – Normas gerais	312
III – Pertinência	319
§ 3º. Possibilidade de identificação normativa	
I – Norma aplicável	319
II – Valor da norma aplicável	324
Seção 3. Cognoscibilidade intelectual: “segurança de conteúdo” pela inteligibilidade normativa	
§ 1º. Inteligibilidade pela clareza normativa	326
§ 2º. Inteligibilidade pela determinabilidade normativa	
I – Da norma	
A) Clareza linguística	327
B) Determinabilidade de conteúdo	328
II – Do ordenamento	
A) Coerência	341
B) Consistência	342
Seção 4. Considerações finais	343

Capítulo 2 – DIMENSÃO DINÂMICA

Seção 1. Considerações iniciais	345
Seção 2. Confiabilidade normativa e o problema da permanência: “segurança de transição do passado ao presente” pela estabilidade e pela eficácia normativas	
§ 1º. Estabilidade normativa	
I – Considerações iniciais	348
II – Dimensão objetiva	
A) Permanência do ordenamento jurídico	
A-1) Pela manutenção de conteúdos: as cláusulas pétreas	349
A-2) Pela manutenção das normas: a durabilidade do ordenamento jurídico	349
B) Intangibilidade de situações individuais por razões objetivas	
B-1) Pelo transcurso do tempo	
a) Decadência	352
b) Prescrição	354
B-2) Pela consolidação jurídica das situações	
a) Considerações iniciais	355
b) Ato jurídico perfeito	357
c) Direito adquirido	357
d) Coisa julgada	358
e) Fato gerador ocorrido	361
B-3) Pela consolidação fática das situações	362
B-4) Pela ausência de prejuízo	365

III – Dimensão subjetiva: intangibilidade de situações individuais por razões subjetivas	
A) Considerações gerais sobre a proteção da confiança	366
B) Requisitos de aplicação	
B-1) Base da confiança	
a) Considerações gerais	373
b) Critérios de configuração	380
B-2) Confiança	403
B-3) Exercício da confiança	404
B-4) Frustração da confiança	408
C) Relação externa entre os critérios e ponderação	408
D) Proteção da confiança e o Poder Legislativo: a mudança legislativa	
D-1) Considerações introdutórias	416
D-2) Conteúdo normativo da proibição de irretroatividade	419
D-3) Tipologia da (ir)retroatividade	
a) Modificação retroativa das consequências jurídicas	433
b) Ligação retroativa de hipótese de incidência I	435
c) Ligação retroativa de hipótese de incidência II	438
d) Fatos pré-causados	440
D-4) Considerações finais	441
E) Proteção da confiança e o Poder Executivo: a mudança administrativa	
E-1) Considerações introdutórias	450
E-2) Atuação administrativa abstrata e geral	
a) Atos normativos	455
b) Prática administrativa	459
E-3) Atuação administrativa individual e concreta	
a) Atos administrativos	459
b) Contratos administrativos	466
E-4) Inação administrativa	467
E-5) Considerações finais	468
F) Proteção da confiança e o Poder Judiciário: a mudança jurisprudencial	
F-1) Considerações iniciais	469
F-2) Conceito de mudança jurisprudencial	472
F-3) Conceito de mudança jurisprudencial retroativa	481
F-4) Configuração da protetividade da confiança em caso de mudança jurisprudencial	489
F-5) Meios de proteção da confiança em caso de mudança jurisprudencial	500
IV – Excurso: modulação de efeitos de decisões com base na segurança jurídica	
A) Considerações iniciais	505
B) Pelo Tribunal Constitucional alemão	
B-1) Hipóteses de aplicação	
a) Só a nulidade não restaura a constitucionalidade	511

b) A nulidade não restaura automaticamente a constitucionalidade	519
B-2) Pressupostos de aplicação	520
C) Pelo Supremo Tribunal Federal	
C-1) Considerações iniciais	525
C-2) Casos de declaração de inconstitucionalidade mitigada	533
C-3) Casos de declaração de incompatibilidade	534
a) Declaração de incompatibilidade com eficácia geral <i>pro futuro</i> total	534
b) Declaração de incompatibilidade com eficácia geral <i>pro futuro</i> parcial	536
c) Declaração de incompatibilidade com disposição provisória de prolongamento da validade	538
d) Declaração de incompatibilidade com disposição definitiva de prolongamento da validade e obrigação de modificação para o futuro	540
C-4) Análise crítica	
a) Da modulação em geral	544
b) Da modulação no Direito Tributário	551
C-5) Requisitos para a modulação de efeitos	
a) Pressupostos	572
b) Finalidades	576
c) Procedimento	583
§ 2º. Eficácia normativa: a “segurança de realização”	
I – Considerações iniciais	587
II – Direito à proteção judicial	589
III – Pressupostos de proteção judicial	
A) Institucionais	590
B) Processuais	591
IV – Instrumentos de proteção judicial	594
Seção 3. Calculabilidade normativa e o problema da mudança: “segurança de transição do presente ao futuro” pela anterioridade, pela continuidade e pela vinculatividade normativa	
§ 1º. Considerações iniciais	595
§ 2º. Anterioridade normativa: a “segurança de eficácia” pela postergação de efeitos	
I – Anterioridade de exercício financeiro	598
II – Anterioridade nonagesimal	602
III – Anterioridade razoável	603
§ 3º. Continuidade normativa: a “segurança rítmica” pela suavidade e pelas regras de transição	604
§ 4º. Vinculatividade normativa pela limitação, tempestividade e proibição de arbitrariedade	
I – Limitação normativa	
A) Limites estruturais	
A-1) Regras e sua aplicação	607
A-2) Princípios e sua aplicação	612

B) Limites formais e materiais aos Poderes	
B-1) Considerações iniciais	614
B-2) Limites à atividade do Poder Legislativo	
a) Externa	616
b) Interna	620
B-3) Limites à atividade do Poder Executivo	
a) Externa	621
b) Interna	622
B-4) Limites à atividade do Poder Judiciário	
a) Externa	625
b) Interna	626
II – Tempestividade: a “segurança de definição” pela duração razoável do processo	629
III – Proibição de arbitrariedade	631
TÍTULO II – EFICÁCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU QUAIS OS EFEITOS E O PESO DA SEGURANÇA JURÍDICA?)	635
Capítulo I – FUNÇÃO NORMATIVA	
Seção 1. Como princípio	
§ 1º. Na dimensão de subprincípio: função eficaz definitiva	641
§ 2º. Na dimensão de sobreprincípio	
I – Função eficaz interpretativa	641
II – Função eficaz reconfiguradora	642
III – Função eficaz integrativa derivada	643
IV – Função eficaz de blindagem	643
V – Função eficaz de suporte	644
VI – Função eficaz rearticuladora	645
§ 3º. Na dimensão de princípio: função eficaz integrativa originária	647
Seção 2. Como princípio concretizado em regra	647
Seção 3. Como direito subjetivo	648
Capítulo 2 – FORÇA NORMATIVA	
Seção 1. Conflitos internos	650
Seção 2. Conflitos externos	
§ 1º. Tipologia	
I – Eficácia “prima facie”	651
II – Eficácia “pro tanto”	657
III – Condição estrutural	660
§ 2º. Casos	
I – Segurança jurídica vs. justiça	662
II – Segurança jurídica vs. finalidades estatais	666
CONCLUSÕES E TESES	671
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	707